



Número: **0032171-77.2018.8.17.3090**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Paulista**

Última distribuição : **12/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE BERNARDO DA SILVA (AUTOR)		KLEITON DO NASCIMENTO ANDRADE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39104802	12/12/2018 23:05	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
39104822	12/12/2018 23:05	<a href="#">Petição Inicial - André Bernardo</a>	Outros (Documento)
39104824	12/12/2018 23:05	<a href="#">Procuração e Docs Pessoais</a>	Documento de Identificação
39104830	12/12/2018 23:05	<a href="#">Laudos</a>	Laudo
39104831	12/12/2018 23:05	<a href="#">Carta Negada</a>	Documento de Comprovação
44281745	26/04/2019 12:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
46436137	10/06/2019 11:46	<a href="#">Petição de Juntada</a>	Petição
46436149	10/06/2019 11:46	<a href="#">INFBEN</a>	Documento de Comprovação
56745718	21/01/2020 19:04	<a href="#">Petição</a>	Petição
56745720	21/01/2020 19:04	<a href="#">COMPROVANTE DE RENDIMENTOS</a>	Documento de Comprovação
61866731	14/05/2020 15:41	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

Anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE PAULISTA/PE.**

**ANDRÉ BERNARDO DA SILVA**, brasileiro, casado, mecânico, portador da cédula de identidade nº. 4.085.808 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 771.117.614-72, residente e domiciliado na rua Polônia, nº 456, casa – 01, Pau Amarelo, na cidade do Paulista/PE, 53.431-080, vem através de seus advogados formalmente constituídos com endereço profissional, para os fins do art. 269, § 1º do CPC, na Rua Marino de Melo Berenguer, número 37, Bairro de Casa Amarela, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, e cujo endereço eletrônico, para os fins do artigo 270 do CPC, é o **kleitonascimento@live.com**, onde recebem intimações, vem à presença de V. Exa., propor presente

#### **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOS SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço localizado na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, na pessoa de seu representante legal em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos:



---

## 1. DOS FATOS

---

No dia **19/05/2018** a parte autora sofreu um acidente de trânsito (por abalroamento), vindo a ficar com sequelas permanentes **FRATURA MÚLTIPLAS DA PERNA (CID 10: S – 827)**, conforme **declaração e atestados médicos**, em anexo.

Mister se faz necessário frisar que a parte autora foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, foi transportado para o Hospital do Espinheiro (RECIFE/PE) onde o mesmo permaneceu internado, precisando assim fazer uma cirurgia para fixação de placa de reconstrução, após um período recuperando-se em sua residência o demandante teve que retornar ao hospital, pois a cirurgia apresentava sintomas de infecção, sendo constatado logo assim que o mesmo chegou ao hospital.

O demandante precisou realizar um novo procedimento cirúrgico, necessitando de um novo internamento para este procedimento, após tal feito a parte autora teve alta mantendo-se em seguida em tratamento médico, haja vista a gravidade das sequelas.

Vale lembrar, que o autor não recebeu nenhuma quantia em âmbito administrativo a título de indenização do DPVAT, vista as graves sequelas acarretadas pelo acidente de trânsito.

Constatada a debilidade da parte autora, em razão de acidente de trânsito, faz jus o mesmo ao recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigida desde a data do evento, sendo tal valor corresponde a quantia máxima da indenização.

A indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições socioeconômicas do autor: pessoa de baixa escolaridade, mecânico, contando com 25 anos, de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total.

---

## 2. DO DIREITO

### 2.1 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO

---

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.



A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu anexo para quantificar o valor da indenização devida, conforme o grau de invalidez apresentado. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil novecentos e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

---

## **2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).**

---

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar a até R\$ 13.500,00.

Contudo, diante da situação sociocultural em que está inserida a parte demandante (**mecânico, baixo grau de instrução e contando com 44 anos de idade**), e pela incapacidade apresentada pelo mesmo **diante de suas graves sequelas**, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 479 do NCPC, para que se reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

**Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.**

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (idade, escolaridade, profissão), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.



---

### **3. DOS PEDIDOS**

---

**PELO EXPOSTO**, requer a V. Exa.:

- a)** os benefícios da justiça gratuita por não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da família na forma da lei 1060/50;
- b)** citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- c)** a produção de prova pericial, a fim de constatar a debilidade permanente ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de documentos e depoimento de testemunhas;
- d)** condenar a ré ao pagamento da diferença restante da indenização do seguro DPVAT, correspondendo ao valor integral no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;
- e)** a condenação da ré na verba honorária de sucumbência;

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tão somente para os efeitos fiscais.

Neste temos,

Pede Deferimento.

Recife, 12 de dezembro de 2018.

**Kleiton do Nascimento Andrade**  
**OAB/PE 45.895**

